



# O Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros – a intervenção arqueológica

## 1. Local e intervenção arqueológica

---

O Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros localiza-se na cidade de Lisboa, freguesia de Santa Justa, sendo que a sua entrada se efectua pelo n.º 19 daquela artéria<sup>1</sup>. Em termos geológicos, o local assenta em depósitos aluvionares (materiais carreados pelas linhas de água que desembocavam no braço do Tejo) sobrepostos às terras miocénicas que constituem o substrato rochoso.

Embora actualmente, a Baixa Pombalina apresente um aspecto plano, até à reconstrução pombalina, esta área da cidade era um vale ao longo do qual corria um braço de rio, que se presume navegável até à Idade Média. Este vale teria, na margem Oeste, um aspecto mais abrupto, devido à presença do morro de São Francisco e a Este, a aparência de uma praia mais suave e larga. A humanização da paisagem vai produzir um esbatimento progressivo das características geomorfológicas originais do terreno, transformando-o na Baixa de Lisboa que conhecemos.

A área intervencionada arqueologicamente correspondia, em 1991, a cinco lojas que se encontravam instaladas em edifícios de construção pombalina, sendo que duas tinham acessos através de ambas as artérias. Estes estabelecimentos comerciais encontravam-se devolutos, mas na maioria dos casos em bom estado de conservação. Em todos os casos, mesmo naqueles em que as lojas viradas para as duas ruas não tinham comunicação, a área de saguão tinha coberturas de pouca qualidade (permitindo, contudo a utilização interior desse espaço) mas apenas no sector 3 era ocupada ao nível de todos os pisos e com uma boa qualidade construtiva.

Existia em todos os sectores algum mobiliário abandonado que foi necessário remover, entre o qual se encontrava, numa loja do ramo têxtil, uma imponente escadaria em madeira e igual revestimento de paredes, estruturas estas que, embora se encontrassem em perfeito estado de conservação, foram desmontadas a fim de libertar o espaço para a escavação.

Existia igualmente, no topo Norte da área escavada, uma pequena cave de construção recente, utilizada como armazém da loja que se lhe sobrepunha. Na área ocupada pela cave, a escavação arqueológica realizou-se apenas a partir da cota 3,6 m.

Dispersos ao longo da área, encontravam-se três poços de sondagem, escavados aquando dos estudos geotécnicos: valas toscas de forma sub-rectangular, com medidas aproximadas de 1,5 x 2,5 m e com cerca de 4 m de profundidade.

A primeira notícia da presença de vestígios arqueológicos neste espaço, em finais de 1989, verificou-se precisamente através do relatório dos estudos geotécnicos realizados durante a elaboração do projecto de remodelação daqueles edifícios (na altura ainda por licenciar) que previa uma intervenção profunda nos edifícios, inclusivamente, a construção de caves, ou seja, a destruição total de estruturas existentes no subsolo. Do relatório ressaltavam entre outros, vários aspectos que faziam entrever a existência de cetárias e assim prever-se a ocupação daquela zona ribeirinha, na Lisboa romana, com um complexo fabril de salga de peixe, situação semelhante a outras zonas nos estuários do Tejo e Sado.

O então Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural estabeleceu um conjunto de contactos com a entidade proprietária — Banco Comercial Português — tendo estes resultado na realização de uma primeira campanha de trabalhos arqueológicos que visava, essencialmente, diagnosticar o potencial científico e patrimonial do sítio. Os trabalhos decorreram sob a coordenação do Departamento de Arqueologia, através da sua Divisão de Salvaguarda e Valorização do Departamento de Arqueologia do IPPC/IPPAR na pessoa do seu chefe Clementino Amaro. A direcção científica foi entregue á autora do presente trabalho, ao momento, arqueóloga contratada por aquele organismo. O Banco Comercial Português, como entidade promotora da obra e à luz da Lei de Bases do Património Cultural – Lei 13/85, de 6 de Julho, subsidiou as diversas fases da intervenção arqueológica (escavação, desenho de campo e de peças e restauro), forneceu todo o apoio técnico e logístico que a equipa ia solicitando: acompanhamento de engenharia no que diz respeito a segurança e aos diversos equipamentos utilizados durante a intervenção (compressor e martelos pneumáticos, equipamento para escoramento, bombas para escoamento do nível freático, tapetes rolantes para a cobertura das estruturas arqueológicas durante a fase de demolição de interiores; contentores para despejo de entulhos; apoio de topografia; iluminação das áreas de escavação; transporte do espólio para o depósito de materiais arqueológicos)<sup>2</sup>.

Nas diversas fases do trabalho, participaram dezasseis técnicos especializados, entre arqueólogos, assistentes de arqueólogo, técnicos de conservação e restauro arqueológico, desenhadores de arqueologia e técnicos auxiliares de campo e laboratório<sup>3</sup>. Contou-se ainda com a colaboração, em média, de 12 trabalhadores indiferenciados enquadrados por um chefe de equipa<sup>4</sup>.

Na sequência da primeira campanha decorrida entre Junho e Outubro de 1991, foi estabelecida como condicionante da aprovação do projecto de remodelação, a preservação e integração das estruturas arqueológicas de qualidade existentes no subsolo dos edifícios, constituídas em grande parte, pelas construções de época romana (Amaro, Bugalhão e Sabrosa, 1996). O IPPC propôs ao BCP a musealização das estruturas arqueológicas e exposição de espólio, obtendo um acolhimento favorável, desde o primeiro momento. Planeou-se assim uma segunda campanha para escavação da totalidade da área disponível que se realizou no período imediatamente anterior ao início das obras de remodelação do conjunto edificado, ou seja, entre Dezembro de 1993 e Março de 1994 (Bugalhão, Sabrosa e Monteiro, 1994). Entre Abril deste ano e Junho de 1995, os trabalhos arqueológicos (escavação propriamente dita, acompanhamento de obra e preparação área arqueológica a musealizar) e a obra decorreram simultaneamente, tendo o Núcleo Arqueológico e as novas instalações bancárias sido inauguradas no dia 23 daquele mês.

Os pressupostos metodológicos foram simples e principalmente muito flexíveis, ou seja em permanente adaptação às circunstâncias peculiares da intervenção. Implantou-se uma quadrícula com orientação idêntica à dos edifícios (*grosso modo*, Norte-Sul) de 2,5 m por 2,5 m, sobre toda a zona que seria abrangida pelo projecto. Foram definidos também 12 sectores, equivalentes aos diversos edifícios e suas divisórias internas. Inicialmente, estava prevista a abertura de várias áreas de sondagem alternadas que facultassem uma amostra da ocupação humana e do potencial arqueológico da área. No entanto, cedo esta metodologia foi abandonada, optando-se pela escavação da totalidade da área disponível.

O facto de escavarmos no interior de um edifício, com múltiplas paredes, alicerces e até uma cave, determinou a configuração das áreas de escavação, que não coincidiram portanto com os limites da quadrícula, até porque a remoção de certas estruturas faria perigar a estabilidade dos edifícios. No entanto, nunca se desprezou a referência obrigatória à quadrícula, tanto no espólio como no desenho. Durante a primeira campanha as áreas de esca-

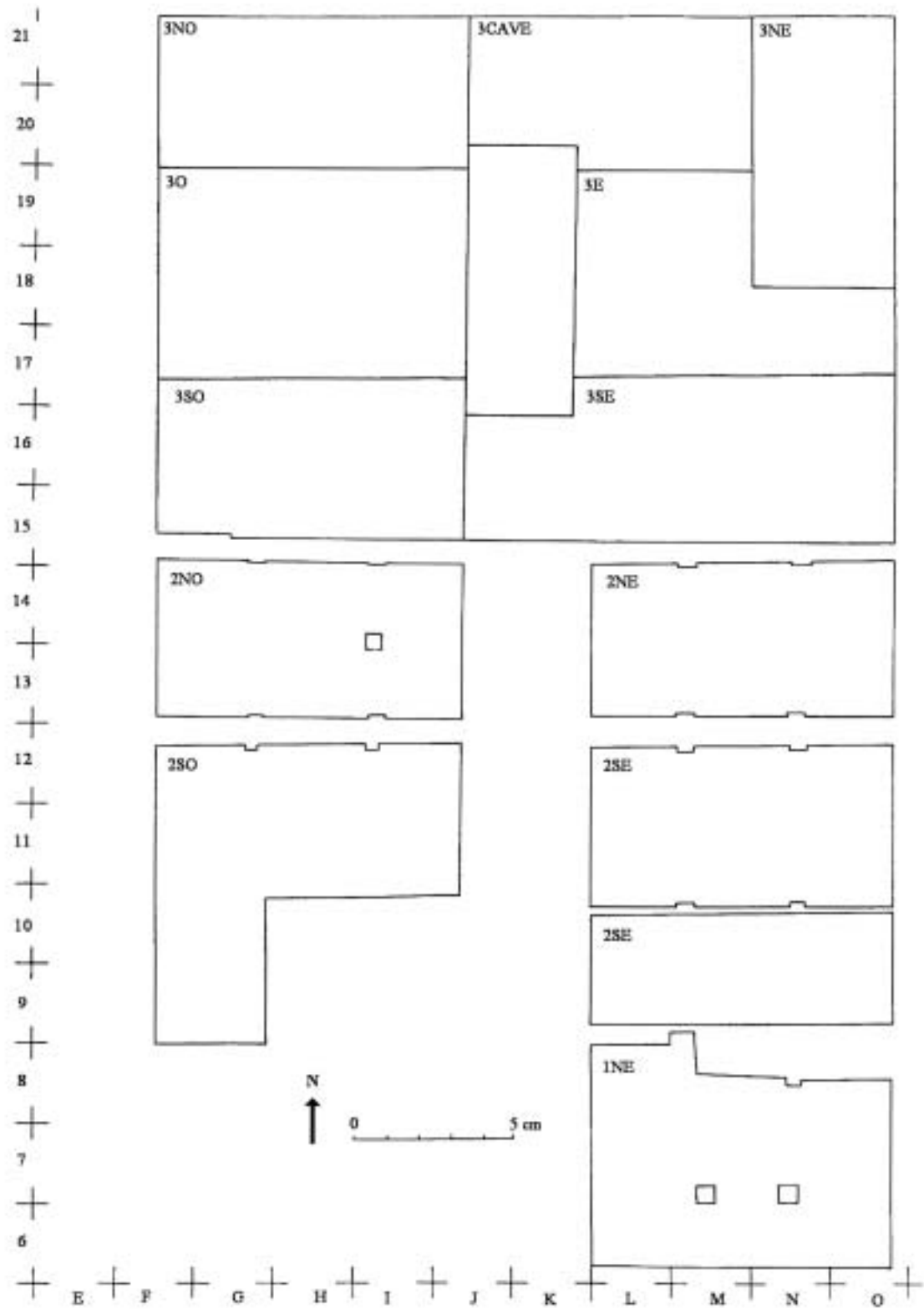


FIG. 1 – Implantação da quadrícula e sectores de escavação.

vação foram definidas contextualmente, recorrendo-se à quadrícula apenas quando tal não era possível. Contudo, esta opção revelou-se pouco eficaz, devido à complexidade estrutural e estratigráfica do subsolo urbano. Assim, a partir da segunda campanha, as áreas de escavação eram definidas previamente a partir da configuração e extensão da área disponível em cada sector. De forma a permitir leituras estratigráficas e em área, optou-se pela escavação alternada de áreas contíguas.

A altimetria foi outra referência obrigatória, tendo-se utilizado um ponto fixo para referência altimétrica, em relação ao qual todas as cotas foram tiradas. Devido à extensão da área a intervencionar, foram usados durante a intervenção mais oito pontos altimétricos de apoio.

A escavação efectuou-se por camadas estratigráficas naturais. Pretendeu-se favorecer a disposição natural dos vestígios e reconstituir-se, assim, os diferentes espaços. Nas segunda e terceira fases, utilizaram-se igualmente níveis artificiais de 20 cm.

## 2. A evolução urbana da baixa de Lisboa

---

A realização desta “sondagem ampla”, na Baixa Pombalina de Lisboa, revelou a história da cidade na perspectiva diacrónica-estratigráfica, com uma clareza e riqueza, insuspeitada pela visão tradicional da arqueologia de Lisboa, segundo a qual, esta cidade, devido à ocupação contínua do mesmo espaço territorial e, principalmente, aos seus vários e destrutivos episódios sísmicos, não conservaria no seu subsolo testemunhos claros do seu passado.

Na realidade, tanto os conjuntos estruturais como as sequências estratigráficas transmitem uma realidade arqueológica tipicamente urbana, em que as características dominantes são a densidade, a sobreposição e o complexo imbricado de construções e destruições sucessivas. Contudo, conseguem-se desenhar de forma mais ou menos contínua ou fragmentada, sete grandes conjuntos estruturais e estratigráficos, correspondendo a sete fases determinantes na evolução urbana da baixa da cidade de Lisboa. Para a definição destes contextos contribuiu uma observação e registo cuidados das estruturas, sua altimetria e sua integração estratigráfica. A caracterização cronológica dos estratos arqueológicos identificados foi construída, essencialmente, a partir da variedade de peças identificadas — principalmente, as cerâmicas — pela análise das suas combinações e pela interpretação da dinâmica estratigráfica (estratos e estruturas), quando observada globalmente.

### 2.1 Período pombalino e pós-pombalino

Enquadram-se neste contexto os pavimentos em lajes calcárias de formas geométricas (por vezes originários da construção pombalina, outras de remodelações posteriores que seguiram o mesmo modelo arquitectónico), por vezes sulcados e com rampas (A) de acesso ao exterior o que indica a utilização dos pisos térreos dos edifícios como cocheiras. Também aqui se integram os poços localizados nos limites dos edifícios (B) e os esgotos e escoadouros (C). Foi também identificado o pavimento exterior na área de saguão em calçada de seixos basálticos (D), assim como vestígios das divisórias interiores originais dos edifícios (E) e suas fundações terminando em estacaria em pinho verde à cota aproximada de 4 metros abaixo da soleira da porta.

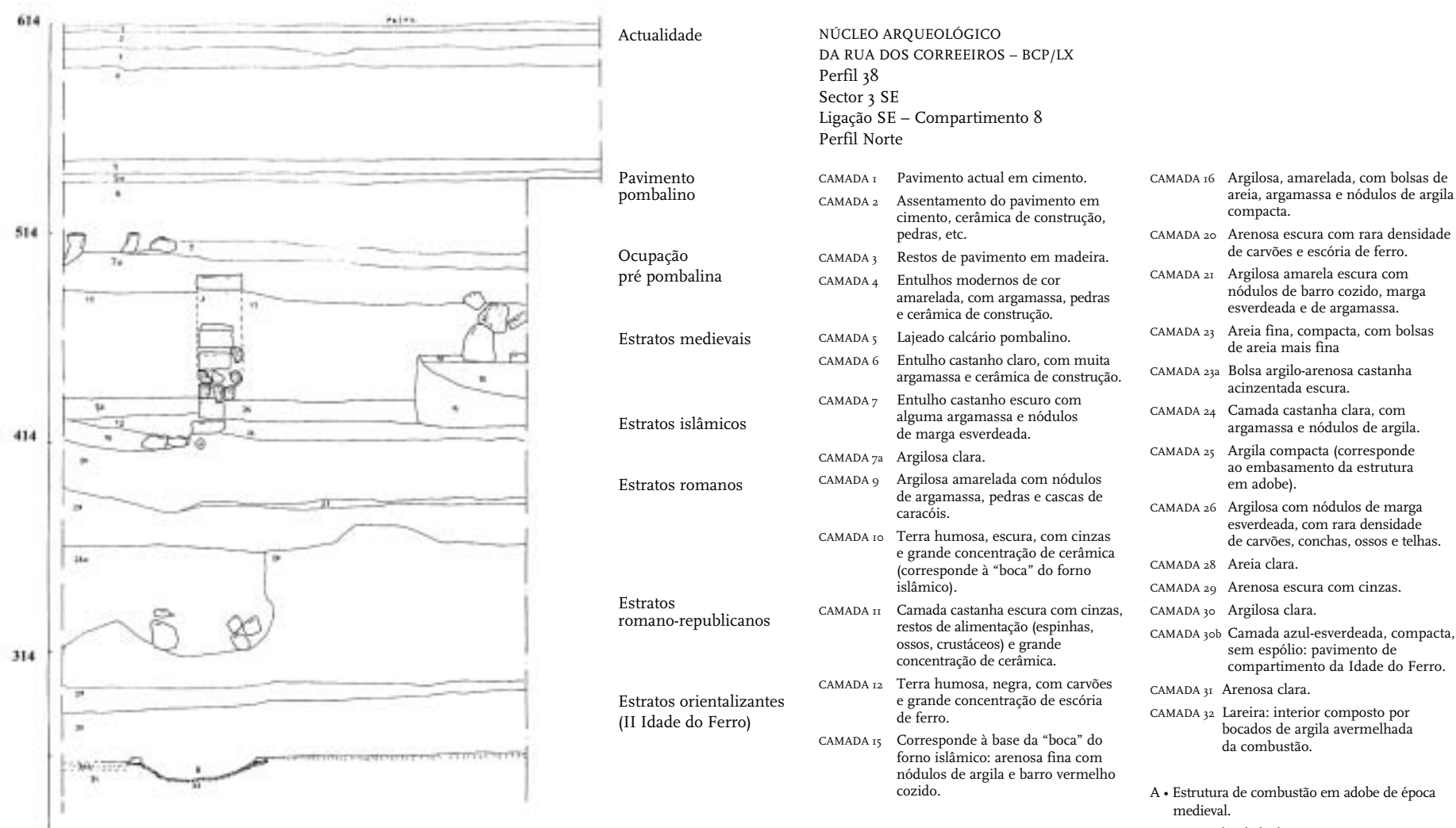


FIG. 2 – Perfil 38.

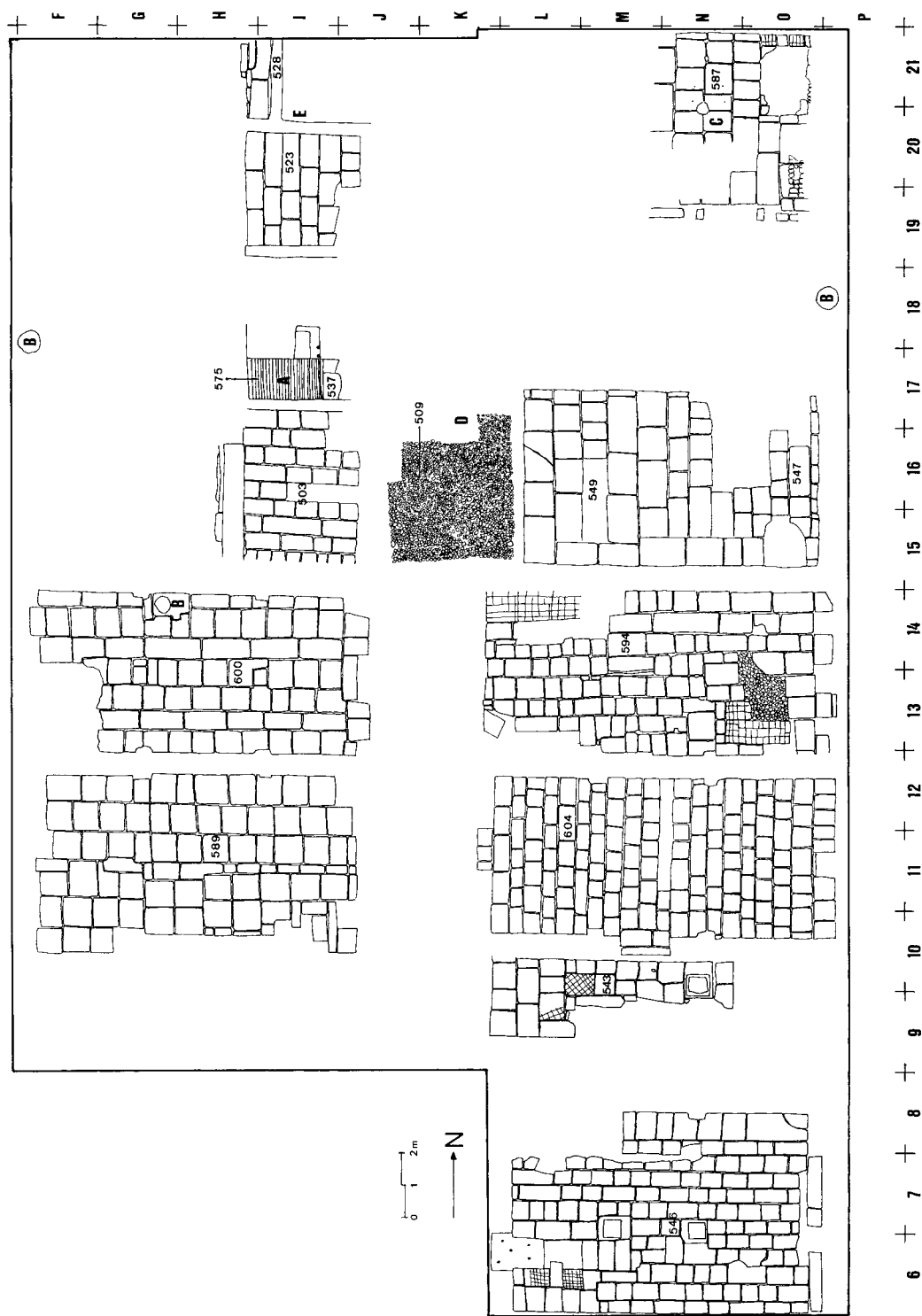


FIG. 3 – Planta das estruturas pombalinas e pós-pombalinas.



FIG. 4 – Estrutura em madeira de poço pombalino.



FIG. 5 – Esgoto pombalino.





FIG. 6 – Estacaria pombalina.

O contexto que se destaca é o conjunto industrial que consagra também a importância desta função na Baixa do século XVIII e XIX. Trata-se de uma estrutura de tratamento metalúrgico composta por um forno de beneficiação do ferro<sup>5</sup> (que aqui chegaria já liberto de grande parte da escória, mas que seria ainda beneficiado) com uma câmara de forma circular construída em alvenaria em grande parte cerâmica e pavimentada a tijoleira de forma quadrangular. Sob esta câmara existia a câmara de combustão de dimensões muito menores e de forma ovalada a que se acedia por meio de uns degraus. O segundo elemento constitutivo deste complexo era uma forja de estrutura quadrangular profusamente entulhada de cerâmica de construção e vestígios de laboração: cadinhos, escória, carvões e cinzas, etc. As duas estruturas hoje identificadas em divisões distintas teriam comunicação entre si e para o exterior, por meio de lajeados rampeados. Não foi identificado o tipo de produção desta unidade mas foram recolhidos alguns cadinhos de dimensões médias.

Associadas a estas estruturas, recolheram-se cerâmicas modernas, com forte presença de faianças, porcelanas e vidro; nos estratos mais recentes, normalmente sob os pavimentos de construção mais recente, verificava-se a presença de plásticos e outros materiais de fabrico industrial.

## 2.2. *Período moderno e pré-pombalino*

Identificaram-se vários troços de arruamentos pavimentados com calçada à base de seixos basálticos com algum calcário (A). Em trabalho publicado após a primeira campanha (Amaro, Bugalhão e Ramalho, 1994) propôs-se que se tratariam das Ruas dos Carapuceiros e do Chancudo. No entanto, na sequência da identificação, durante a segunda campa-

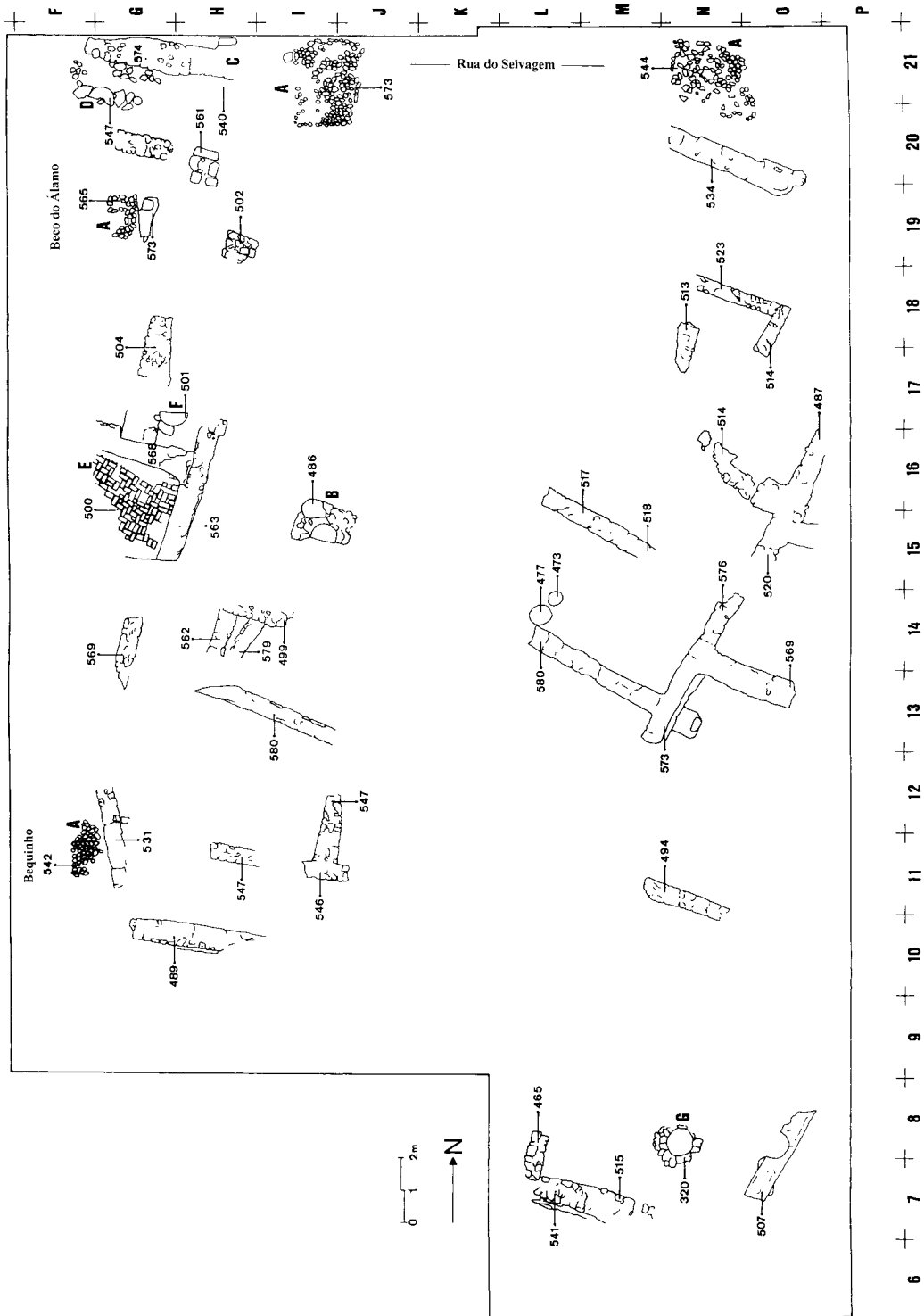


FIG.7 – Planta das estruturas modernas e pré-pombalinas.

nha, de mais dois troços de arruamentos, pequenos mas de orientação clara, devido à presença de espinha central, considera-se mais plausível a hipótese de estarmos situados no quarteirão pré-pombalino, delimitado a norte pela Rua do Selvagem, no qual penetram a oeste dois pequenos becos: o Bequinho e o Beco do Álamo.

Junto ao arruamento agora interpretado como Rua do Selvagem, foi identificada uma estrutura de características artesanais: uma moagem (C), em elevado grau de destruição. Aí foram exumados vários moentes, uns manuais e outros de maior dimensão, eventualmente, de tracção animal — atafonas —, que funcionariam sobre o dormente também aí presente. Sob esta estrutura, existia um esgoto (D), cuja cobertura era constituída por fragmentos de mós, sendo o fundo e paredes em tijolo.



FIG. 8 – Revestimento em azulejos monocromáticos de compartimento pré-pombalino.

Mais a sul, situar-se-ia um outro edifício, eventualmente de funções habitacionais (E). A divisão escavada tinha um pavimento em tijoleira rectangular (26 x 12 cm) e estaria, pelo menos em parte, revestida interiormente, com um painel de azulejos enxaquetados monocromáticos (azuis, brancos e verdes), com cercadura verde, de cronologia quinhentista. O interior da casa estava entulhado com uma camada de cinzas e carvões, correspondente ao incêndio que sucedeu ao Sismo. Daqui foram recolhidas numerosas peças passíveis de reconstituição, principalmente em faiança, que constituiriam a loiça doméstica da habitação.

Foram também identificados três poços de água salobre (B e F) pertencentes a este período o que denota a facilidade de captação de água nesta área da cidade.

A maioria das estruturas são reconhecidas em forma de fundações, eventualmente pertencentes a edifícios habitacionais, cuja característica comum é a orientação urbanística. Frequentemente, relacionados com esta fase de ocupação, surgem pavimentos de construção precária em argamassa pouco sólida, por vezes em camadas sucessivas sugerindo arranjos cíclicos.



FIG. 9 – Poço pré-pombalino.

Os materiais cerâmicos comumente associados a estes contextos são cerâmica comum de fabricos vermelhos e homogêneos, cerâmica brunida, vidrados, abundância de faianças com motivos decorativos característicos; quase ausência de porcelanas.

### 2.3. *Período medieval*

As estruturas deste período apresentam como característica dominante a precariedade e estado avançado de destruição. De facto, neste contexto, a Baixa de Lisboa constituía uma área completamente marginal à cidade que se desenvolvia principalmente na colina e suas encostas. Aqui o urbanismo seria então menos efectivo sendo parte da área disponível ocupada com hortas e quintais. Estas características poderão relacionar-se com os acontecimentos político-militares da reconquista cristã da cidade.

No entanto, foi possível identificar alguns muros e pavimentos deste período e é provável que tenha havido utilização continuada de construções de raiz islâmica nesta fase.

O contexto mais significativo é constituído por uma fossa (A) de materiais cerâmicos datáveis, por algumas peças importadas, do final do século XIII e que estaria associada a uma olaria que não foi identificada na área intervencionada. Aqui, para além de outros despejos seriam depositadas as peças defeituosas ou danificadas. O conjunto é maioritariamente constituído por loiça de cerâmica comum, tendo sido identificados os seguintes tipos: potes, panelas, jarros, frigideiras, púcaros, pratos, alguidares, bilha e funil (por esta ordem de ocorrência) (Gaspar e Amaro, 1997).

Foram também identificadas mais três áreas de lixeira (B) deste período, mas de cariz doméstico. As peças cerâmicas são em muito menor número e encontram-se associadas a restos de alimentação.

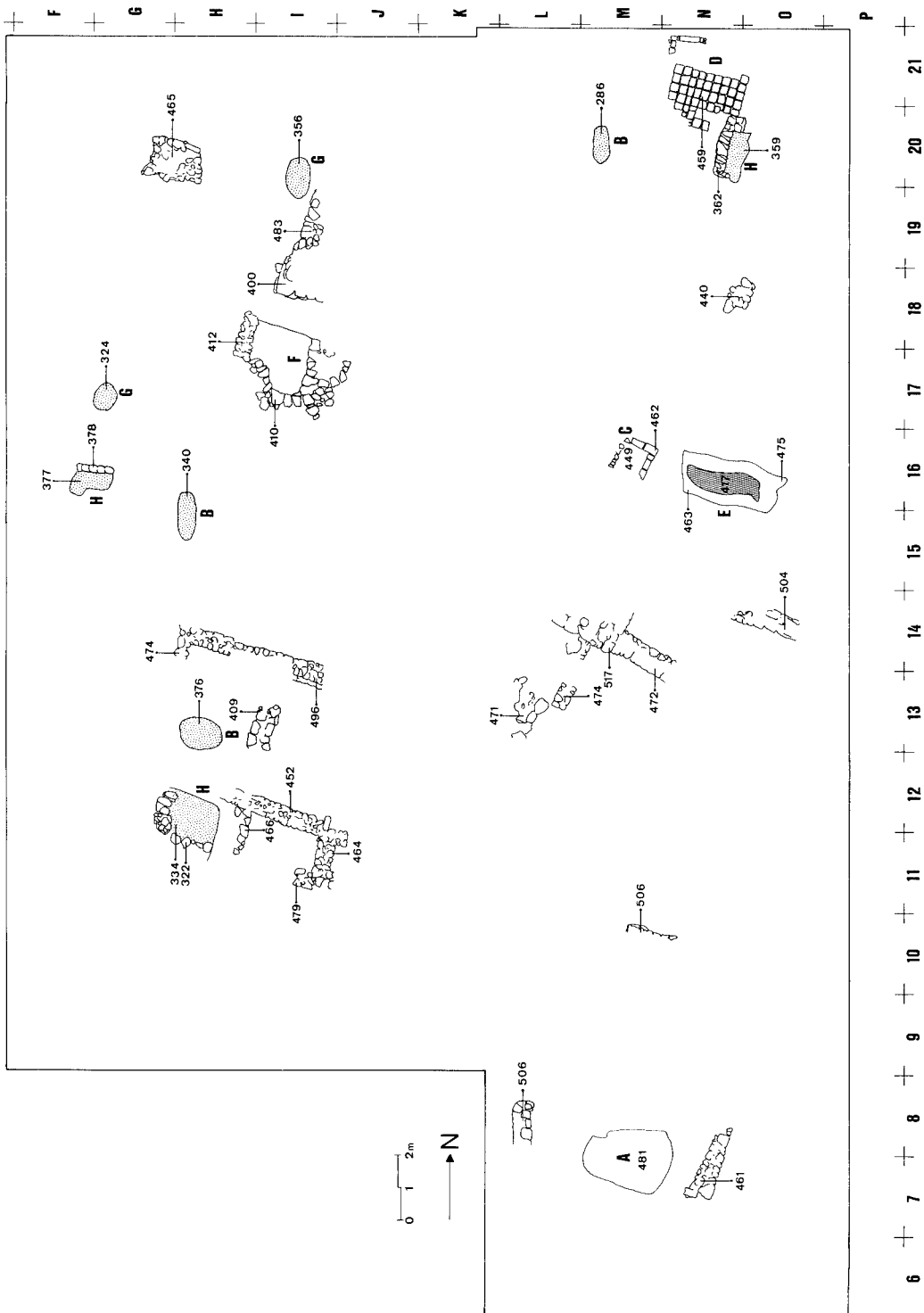


FIG. 10 — Planta das estruturas medievais e islâmicas.



FIG. 11 – Fossa de despejo medieval, eventualmente de olaria.

Foi ainda registada uma estrutura quadrangular (C) construída em tijolos de adobe que apresentava vestígios de combustão e cuja funcionalidade poderá eventualmente relacionar-se com actividades metalúrgicas; esta hipótese tem origem na presença de escórias, nos estratos associados.

Quanto ao material cerâmico, é composto essencialmente por loiça comum, de fabrico tendencialmente oxidante e com tipos formais característicos, sendo de salientar a quase ausência de vidrados ou outro tipo de revestimentos ou pinturas.

#### 2.4. *Período islâmico*

O período islâmico aproxima-se em características do período medieval mas parece apresentar uma maior intensidade de ocupação humana, traduzindo-se numa maior quantidade de estruturas conservadas e numa maior frequência de materiais arqueológicos exumados.

Há a destacar um compartimento (D) pavimentado a tijoleira quadrangular (26 x 26 cm), sobre o qual foi recolhido espólio caracteristicamente islâmico, de entre o qual se destaca um candil.

O conjunto estrutural mais raro, neste âmbito cronológico, aqui identificado foi um forno de produção cerâmica (E). Ao momento do seu achado, em 1991, foi a segunda unidade de produção oleira islâmica documentada em território português<sup>6</sup>. Tratar-se-ia de um forno de câmara dupla: combustão e cozedura, de tipologia comum para este contexto cronológico<sup>7</sup>. O forno era construído em tijolos de adobe cozido, com orientação e acessibilidade este-oeste e era de planta rectangular (dimensões máximas: comprimento 300 cm; largura máxima 156 cm). São observáveis vários pilares sugerindo uma construção em abóbada.



FIG. 12 – Forno cerâmico islâmico.

As paredes apresentavam ainda cerca de 50 cm de altura. Durante a escavação foi possível identificar uma estrutura circular que corresponde à zona onde se desenvolvem as câmaras (110 cm x 73 cm) e um corredor com cerca de 190 cm de comprimento e 45 cm de largura. A zona da câmara conserva os negativos do que seriam os tradicionais agulheiros da grelha para a passagem do calor. Esta estrutura artesanal fabricaria, essencialmente, peças de utilização generalizada: loiça de cozinha e mesa em cerâmica comum com ou sem pinturas decorativas a barbotina como sejam: panelas, bilhas, çaçoilas, tigelas e jarrinhas. Foi individualizada uma área de despejo, provavelmente ligada a esta olaria. O conjunto cerâmico aí recolhido, caracteriza-se pela abundância e relativo bom estado de conservação das suas peças em cerâmica comum pintadas profusamente com traços de barbotina clara. Apesar desta técnica decorativa, tão caracteristicamente islâmica as peças apresentam algumas semelhanças formais às da fossa medieval, acima referida, parecendo constituir um contexto de transição entre o período medieval islâmico e cristão.

Destaca-se também o aproveitamento de um tanque de salga romano subdividido e cuja utilização se relaciona com a conservação e processamento de frutos (F) que constituíam um componente de grande importância na alimentação<sup>8</sup>. Neste contexto foi encontrada em

escassa quantidade cerâmica doméstica, ao contrário da generalidade das outras situações. O espólio é quase exclusivamente constituído por grandes alguidares, utilizados provavelmente na preparação dos frutos.

Foram também identificadas várias áreas de lixeira de cariz doméstico, algumas delas com grande quantidade e qualidade de espólio cerâmico, cujo principal elemento distintivo é a presença abundantes de vestígios alimentares (essencialmente fauna) (G)<sup>9</sup>.

Teriam igualmente funções de fossa (estas mais organizadas, talvez ligadas a latrinas interiores) os aproveitamentos de parte das estruturas romanas, por vezes escavadas e organizadas com pequenos muretes de forma a criar compartimentos pequenos e estanques para guardar alimentos sob a área ocupada por habitações (H).

Os materiais cerâmicos recolhidos nos estratos associados aos contextos habitacionais (habitações e áreas de despejos domésticos) são predominantemente a utensilagem doméstica, sendo que a loiça de comum cozinha é a mais abundante. Segue-se em frequência os recipientes vidrados, normalmente de “ir à mesa”.

Como é característica das produções cerâmicas deste período, as técnicas decorativas são frequentes, mesmo nas peças mais utilitárias, e relativamente variadas: as pinturas a barbotina branca, as pinturas sob revestimento vidrado, a estampilhagem simples e vidrada. A maioria destas técnicas decorativas tem já atestada a sua produção local (Bugalhão e Folgado, no prelo).

Em termos tipológicos há a destacar os candis, peça cerâmica de iluminação tipicamente islâmica, cuja produção local se encontra igualmente atestada. Estes objectos são relativamente abundantes nos contextos do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, apresentando razoável diversidade de formas e técnicas decorativas: em cerâmica comum, com pintura de barbotina clara, decorados a “verde e manganês”, decorados com corda-seca parcial e simplesmente vidrados.

Por fim, foram identificados alguns conjuntos de peças finas, que se podem considerar de utilização restrita e provavelmente provenientes das olarias de produção mais especializada do Sul da Península. Distinguimos três grupos nestas condições: peças com pintura em almagre, de tradição berbere; peças decoradas a “verde e manganês”; peças em corda seca total (menos frequente) e parcial.

## 2.5. Período tardo-romano

Integrável neste horizonte cronológico e reaproveitando estruturas industriais romanas, é a isolada sepultura de inumação a que nos referiremos adiante.

Nesta fase, a área baixa da cidade terá tido uma ocupação mais esporádica, reflectindo-se esta realidade na escassez de estratigrafia. Contudo, registaram-se algumas camadas onde pontuam *terra sigillata* focense e africana tardia, cujo estudo poderá melhorar o conhecimento sobre este período mais obscuro da história da cidade.

## 2.6. Período romano (Império)

Este conjunto estrutural é alvo de estudo pormenorizado na segunda parte do trabalho. Assim, remete-se a sua descrição para o ponto 2.2.6.

Quanto ao espólio cerâmico, caracterizado pela sua abundância, é constituído por cerâmica construtiva característica (*tegulae*, *imbrices*, ladrilhos, tijolos de quadrante, etc.), cerâmica anfórica, *terra sigillata* e alguns tipos característicos como as lucernas e as ânforas.



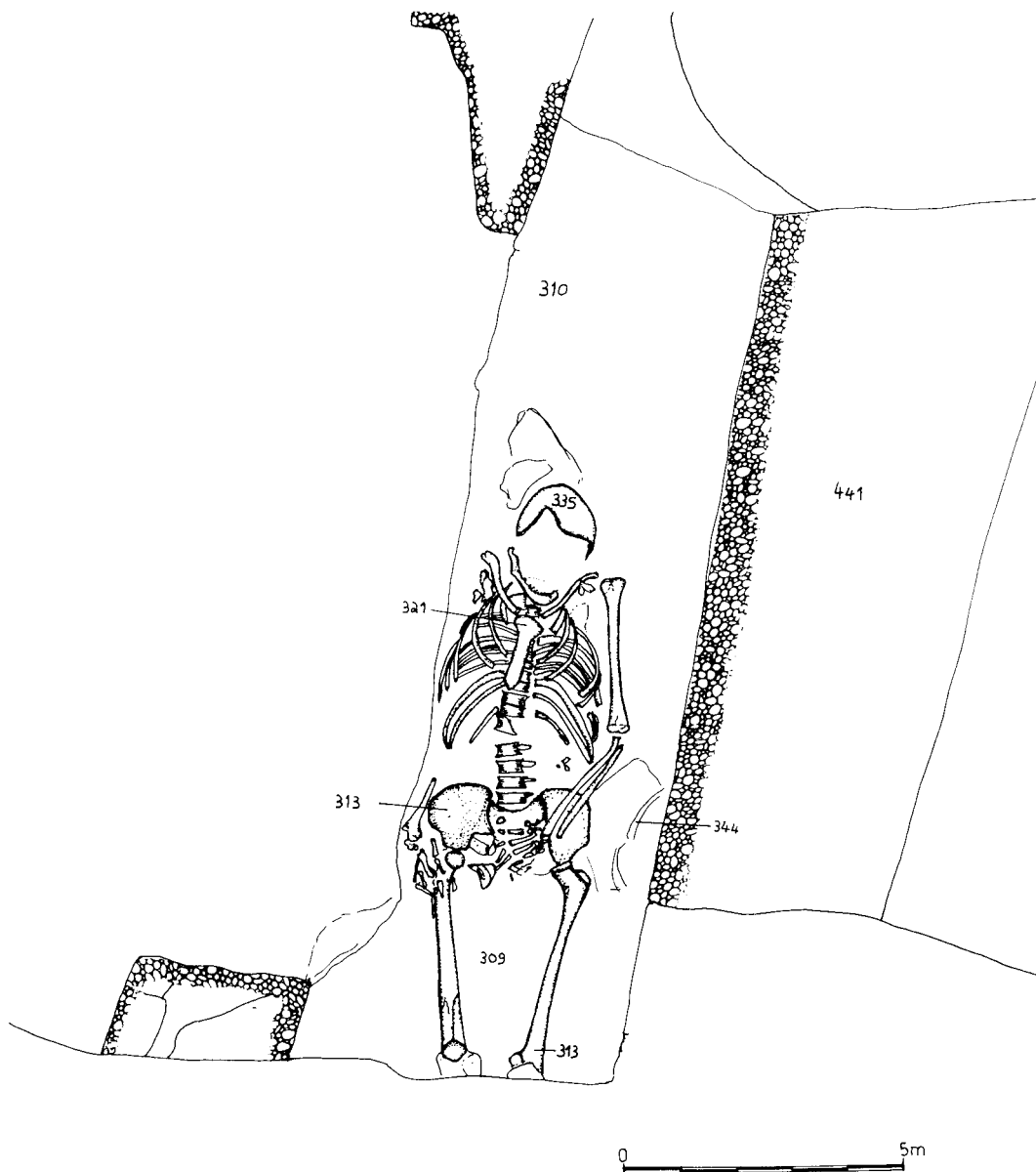


FIG. 13 – Sepultura de inumação tardo-romana.

No Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros destacam-se, por particularmente abundantes e, frequentemente em bom estado de conservação, a cerâmica comum, as ânforas e as cerâmicas em *terra sigillata* africana.

Em relação à cerâmica comum, salienta-se o conjunto exumado no tanque 12, datado, através dos materiais de importação, do início do século V, onde abundam potes, frigideiras, panelas, almofarizes, alguidares e jarros, sendo igualmente presentes púcaros, tigelas, pratos, tampas, bilhas e funis (Amaro, Bugalhão e Sabrosa, 1996).

O material anfórico, cujo estudo final decorre, é composto maioritariamente por produções lusitanas do Baixo Império (essencialmente, Almagro 51C, e Almagro 50) e com menor frequência, por ânforas lusitanas do Alto Império e por exemplares de produção bética e africana. Tanto no Alto, como do Baixo Império, os tipos anfóricos maioritários são os que se destinavam ao envasamento e transporte de preparados piscícolas, o que se



FIG. 14 – Cerâmica comum romana, exposta no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros.

explica devido à funcionalidade industrial da ocupação do espaço, predominante na extensão intervencionada<sup>10</sup>.

Quanto à *terra sigillata*, os tipos mais abundantes relacionam-se com fabricos africanos de *terra sigillata* clara. Os fabricos hispânicos, sudgálicos e itálicos também estão presentes, embora mais esporadicamente e em contextos ainda por estudar.

### 2.7. Período romano (República)

Na área intervencionada situava-se parte de uma necrópole de ritos mistos de inumação e incineração. No subsolo arenoso encontravam-se dispostos os corpos (identificados em número de 8), em posicionamentos diversos (mais frequentemente em posição fetal). A maioria dos indivíduos presentes eram crianças o que poderá relacionar-se com o facto de só uma parte da necrópole ter sido escavada. Foi também recolhida uma urna de incineração (Sepultura 4), assim como identificadas áreas de “cinzeiro”, onde os corpos seriam incinerados (na planta, a ponteados).

O espólio funerário recolhido é composto maioritariamente por unguentários de cerâmica e pequenos recipientes de função ritual em cerâmica e minoritariamente em vidro. Numa das ossadas (Sepultura 8) foi recolhido um anel *in situ*.

Neste âmbito cronológico, para além do espólio funerário recolhido no contexto da necrópole, merecem destaque as paredes finas, alguns exemplares em *terra sigillata* itálica, a cerâmica campaniense e ânforas tipo Haltern 70. Estas últimas surgiram, essencialmente integradas em estruturas de combustão, cortadas deliberadamente no sentido longitudinal, servindo eventualmente de suporte a recipientes de cozinha.

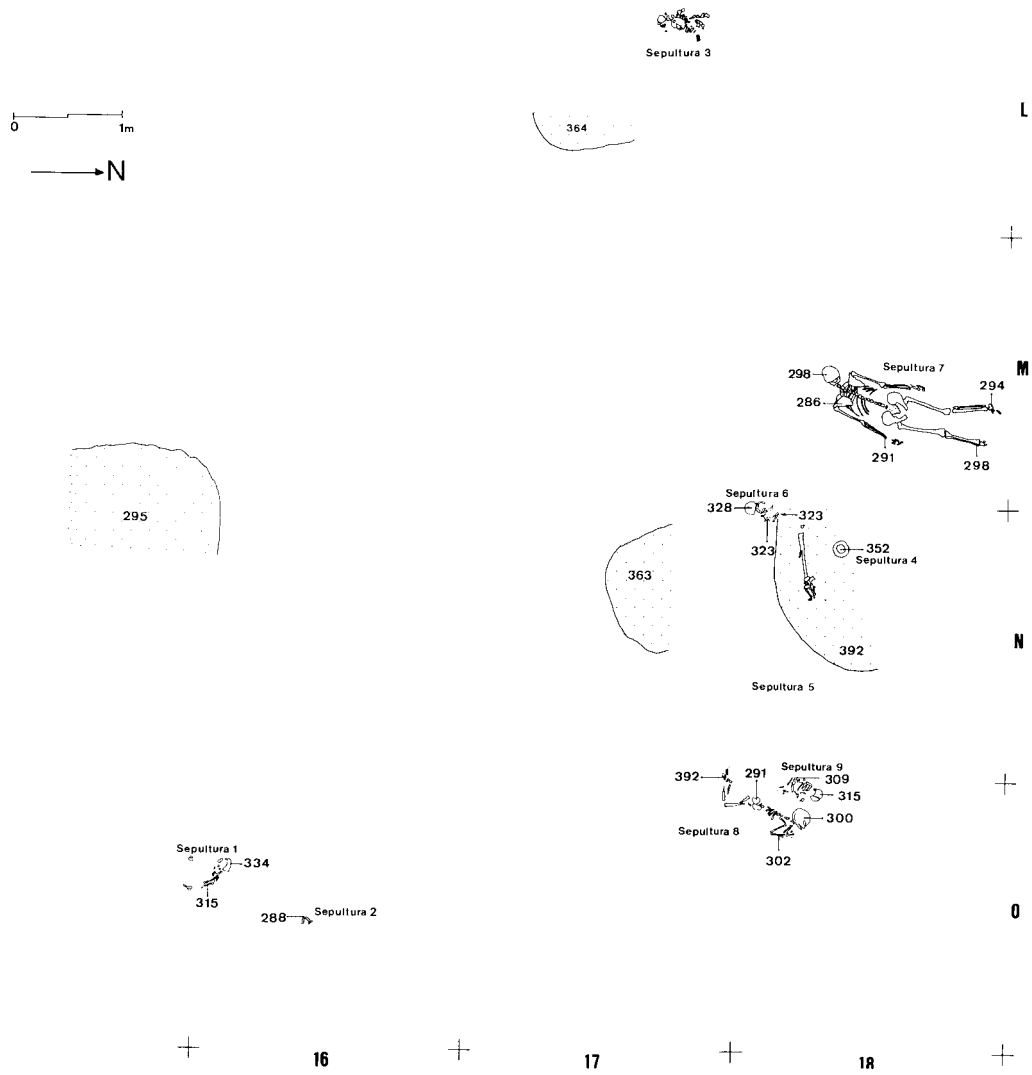


FIG. 15 – Planta da necrópole romano-republicana.



FIG. 16 – Urna cinerária, *in situ*.



FIG. 17 – Estrutura de combustão, reutilizando ânforas vinárias republicanas, tipo Haltern 70.

## 2.8. II Idade do Ferro – a influência orientalizante

Neste contexto enquadram-se dois conjuntos distintos que poderão equivaler a duas fases de ocupação. Em primeiro lugar destaca-se um forno cerâmico de planta circular (A) do qual se conservava apenas a base da fornalha pavimentada a barro cozido de coloração vermelha. O acesso à câmara situava-se a oeste e foi identificada uma eventual zona de entulheira a este. O forno construído em alvenaria — pedras calcárias não trabalhadas de pequeno calibre e com ligante argiloso — encostado a um muro que lhe era anterior. Embora este contexto permaneça por estudar, pode-se avançar como hipótese preliminar, que se trataria de um forno de produção de cerâmica comum. Como é facilmente compreensível o estudo de uma estrutura de produção cerâmica contém potencialidades especiais para o conhecimento dos contextos da cultura material de um local, uma cidade ou uma região que urge explorar.

De cronologia ligeiramente anterior, seria um conjunto de várias construções de forma rectangular, com embasamento em pedra, paredes em adobe, cobertura de natureza vegetal (foram recolhidos abundantes fragmentos de revestimento em barro) e pavimentados a argila (B). Alguns destes compartimentos continuaram a ser utilizados após a construção do forno cerâmico que desactivou apenas parte do conjunto mais antigo.

Os compartimentos eram dotadas de lareira central, construídas em seixos rolados e que tinham uma forma semi-esférica. No momento da sua identificação, estas estruturas de combustão encontravam-se entulhadas com camadas de abandono integrando abundantes fragmentos cerâmicos. Para além das lareiras centrais estes compartimentos integravam igualmente uma espécie de bancadas revestidas a barro (C), que devido à sua coloração vermelha denunciavam contacto directo com calor. A funcionalidade destes elementos ainda se encontra por esclarecer.

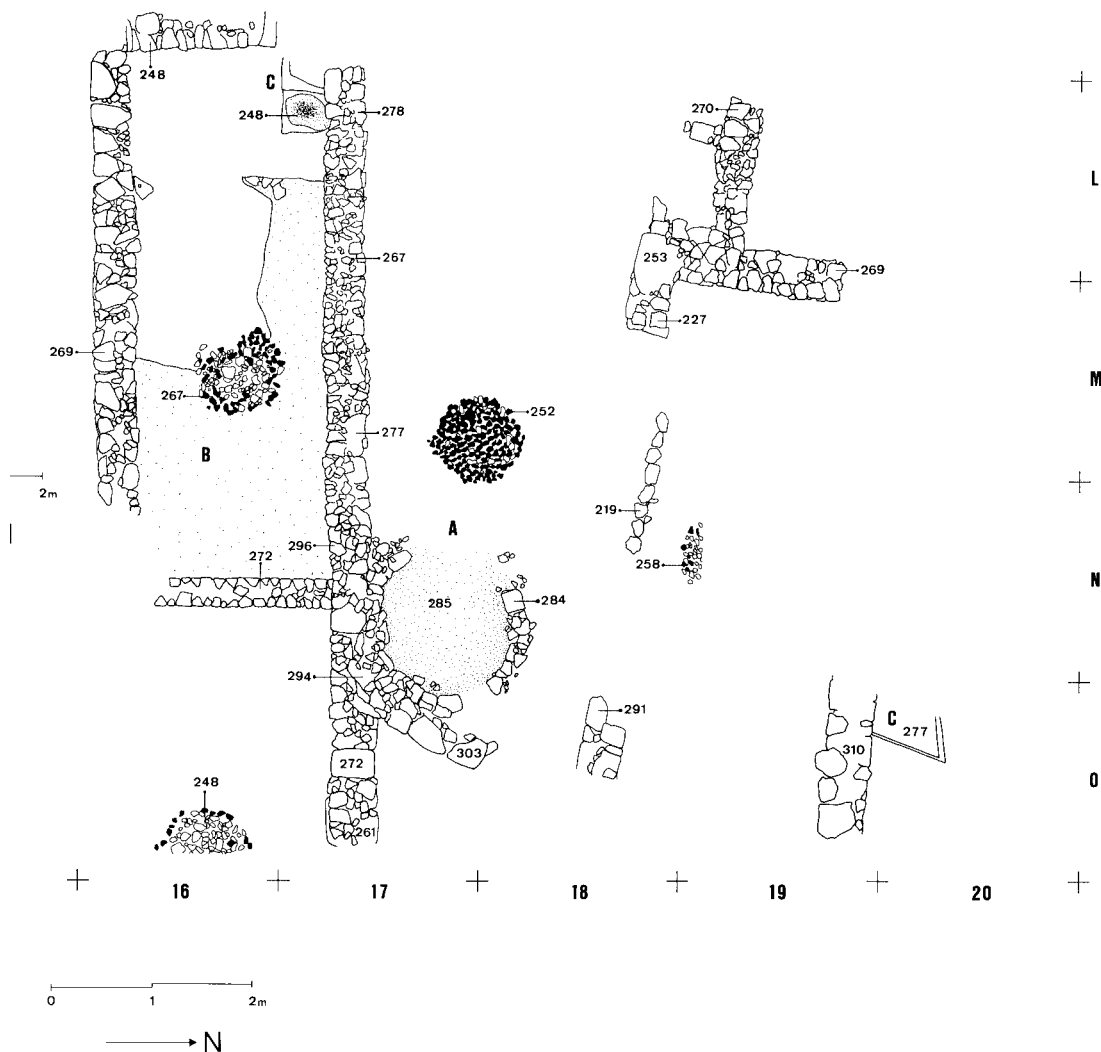


FIG. 18 – Planta das estruturas da II Idade do Ferro, sob influência orientalizante.

Relativamente ao espólio cerâmico, verifica-se a presença de cerâmica cinzenta, cerâmica de bandas, verniz vermelho, cerâmica ática (um fragmento), bem como alguns tipos característicos de ânforas ibero-púnicas.

Não foi possível detectar, neste contexto cronológico, qualquer indício ligado à produção de molhos de peixe, não sendo no entanto de excluir completamente essa possibilidade. O estuário do Tejo tem vindo a revelar um conjunto de sítios, para além deste que caracterizamos, que demonstram bem a sua importância como entreposto comercial e núcleo habitacional, neste período: Quinta do Almaraz (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993), Cacilhas, em Lisboa, no Claustro da Sé (Amaro, 1993) e na Rua das Pedras Negras (Amaro, 1993), etc. Não seria assim, extraordinária a identificação aqui, de alguma unidade de transformação de peixe, semelhante às pré-romanas da região de Gades. No entanto, a fraca frequência de ânforas, desta cronologia, destinadas ao armazenamento e transporte destes produtos — Mañá A4 ou mesmo da ânfora de fabrico lusitano afim a esta, classificada por Dias Diogo como Lusitana 1 (Diogo e Faria, 1990, p. 93), no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, nos contextos púnicos atrás caracterizados, não fortalece muito esta possibilidade, na fase de conhecimento em que nos encontramos.



FIG. 19 – Lareira central.